

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata de 16 de abril

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de iniciativas

3.1.2. Iniciativas legislativas

- [Projeto de Lei 1202/XIII \(PCP\)](#) - Regime especial de contabilização do tempo de trabalho dos docentes em horário incompleto
- [Proposta de Lei n.º 196/XIII/4.ª \(GOV\)](#) - Autoriza o Governo a criar um sistema de recolha, registo e análise de dados sobre a ciência e tecnologia

3.1.2. Projetos de Resolução

- [Projeto de Resolução 2116/XIII/4](#) (PCP) - Recomenda ao Governo que se uniformize o sistema de avaliação docente no ensino superior salvaguardando o princípio do tratamento mais favorável;

4. Audição do Ministro da Educação - 15H00

- Por [requerimento do Grupo Parlamentar do PCP](#), sobre a falta de pessoal não docente nas escolas
- Audição regimental, nos termos do artigo 104.º, n.º 2, do Regimento da Assembleia da República

5. Votação na especialidade das propostas de alteração apresentadas no âmbito da [Apreciação Parlamentar n.º 67/XIII/3.ª](#) e da [Apreciação Parlamentar n.º 68/XIII/4.ª](#)

6. Outros assuntos

7. Data da próxima reunião

- **30 de abril** – 15h00
 - **7 de maio** – 15h00
 - **14 de maio** – 10h00
-

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O CDS-PP pediu antecipadamente o adiamento do ponto 5.

A proposta de Ordem do Dia, com o adiamento do ponto 5, foi aprovada por unanimidade pelos Deputados presentes do PSD, do PS, do BE, do CDS-PP e do PCP.

2. Aprovação da ata de 16 de abril

A aprovação da ata da reunião de 16 de abril foi adiada.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de iniciativas

3.1.1. Iniciativas legislativas

- [Projeto de Lei n.º 1202/XIII \(PCP\)](#) - Regime especial de contabilização do tempo de trabalho dos docentes em horário incompleto

O Presidente informou que o Projeto de Lei acima referido baixou à Comissão em 22/4/2019, sendo distribuído ao PS para elaboração do respetivo parecer, o qual será apreciado na reunião da Comissão de 14 de maio. O Coordenador do PS indicou como relatora a Deputada Sónia Fertuzinhos.

- [Proposta de Lei n.º 196/XIII/4.ª \(GOV\)](#) - Autoriza o Governo a criar um sistema de recolha, registo e análise de dados sobre a ciência e tecnologia

O Presidente informou que o Projeto de Lei acima referido baixou à Comissão em 24/4/2019, sendo distribuído ao PSD para elaboração do respetivo parecer, o qual será apreciado na reunião da Comissão de 14 de maio. O Coordenador do PSD informou que indicaria posteriormente o Deputado relator.

3.1.2. Projetos de Resolução

- [Projeto de Resolução n.º 2116/XIII/4](#) (PCP) - Recomenda ao Governo que se uniformize o sistema de avaliação docente no ensino superior salvaguardando o princípio do tratamento mais favorável

O Presidente informou que o Projeto de Resolução constante acima baixou à Comissão em 22/4/2019 para discussão, tendo a Deputada Ana Mesquita (PCP) informado que pretendem a sua discussão no Plenário.

4. Audição do Ministro da Educação

4.1. Por [requerimento do Grupo Parlamentar do PCP](#), sobre a falta de pessoal não docente nas escolas

O Presidente deu início à audição, dando as boas vindas ao Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, assim como ao Secretário de Estado da Educação, João Costa, e à Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Alexandra Leitão.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) começou por enfatizar a falta de pessoal não docente e referiu que o Governo anunciou a abertura de um concurso para a contratação de 1.065 trabalhadores por tempo indeterminado, mas esse número não vai aumentar o pessoal nas escolas, sendo que o número de vagas até é inferior ao número de trabalhadores contratados a prazo que atualmente estão nas mesmas. Questionou depois por que razão não se utiliza o regime de substituições e perguntou quando vai ser revista a portaria dos rácios e cumprida a [Resolução da Assembleia da República n.º 186/2017](#), que recomenda ao Governo que altere os critérios e a fórmula de cálculo de atribuição de pessoal não docente aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

Pedi ainda indicação das medidas para suprir as faltas de assistentes técnicos e realçou que muitos técnicos especializados ainda não foram regularizados no âmbito do PREVPAP, programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública, tendo perguntado para quando se previa a regularização.

O Ministro da Educação informou que foi feito um caminho positivo ao longo da legislatura e em 2017 foi concretizada a revisão dos rácios, tendo em conta as necessidades das escolas, tendo sido atribuído 1 assistente operacional por cada sala do pré-escolar. Deu depois indicação da evolução positiva dos assistentes operacionais desde 2016, mencionou as dificuldades com baixas de pessoal e deu ênfase à abertura do concurso para 1.067 assistentes.

A Deputada Susana Amador (PS) realçou o reforço de assistentes operacionais e técnicos especializados, o combate à precariedade e os vínculos mais estáveis com o PREVPAP. Pediu depois o balanço das ações de formação deste pessoal, específicas para o seu conteúdo funcional e ainda a indicação de uma solução para as baixas de pessoal.

O Ministro da Educação indicou que há muita formação contínua para assistentes operacionais.

A Secretária de Estado da Educação referiu o concurso para celebração de contratos por tempo indeterminado e indicou que os concorrentes que fiquem abaixo das vagas, ficam em bolsa no agrupamento respetivo e podem ser chamados para substituir o pessoal de baixa. Indicou depois que vai haver mais cerca de 3.700 assistentes, que incluem os que desempenham funções a tempo parcial.

A Deputada Germana Rocha (PSD) referiu que a diminuição do horário de trabalho de 40h para 35h exigiu mais 3.000 assistentes e considerou que há vários anúncios de mais assistentes operacionais e técnicos, mas poucos recrutamentos e no total são inferiores à colocação de 3.000 trabalhadores que são necessários.

O Ministro da Educação considerou que atualmente há mais assistentes operacionais e com vínculos menos precários, tendo havido uma evolução positiva desde 2016 e um aumento do rácio aluno/assistente operacional.

A Deputada Joana Mortágua (BE) salientou a diminuição dos assistentes operacionais na anterior legislatura, e considerou que na atual ainda não foi preenchido o buraco existente. Equacionou depois se as contratações atuais vão ser suficientes para cumprir a portaria dos rácios e se vai haver uma revisão da mesma, nomeadamente para as aulas noturnas e para os alunos com necessidades educativas especiais. Questionou também se os psicólogos das escolas vão fazer a avaliação psicológica dos candidatos do concurso para assistentes. Perguntou depois se o PREVPAP vai ser concluído até ao final da legislatura e se os contratados cujos processos de apreciação naquele âmbito não sejam concluídos vão ter os respetivos contratos renovados.

A Secretária de Estado prestou informação sobre o número de assistentes técnicos e assistentes operacionais já com parecer favorável no âmbito do PREVPAP, a recrutar com contrato por tempo indeterminado e informou que os psicólogos das escolas vão fazer a avaliação psicológica dos candidatos do concurso para assistentes por impossibilidade do Instituto Nacional de Administração.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) perguntou quais os números de pessoas possíveis e necessários para responderem às necessidades das escolas, questionou a realização de concursos no meio do ano e não no princípio e pediu informação sobre o funcionamento das bolsas de pessoal.

O Ministro da Educação informou que estão a contratar mais 1.067 novos assistentes.

A Secretária de Estado indicou que o concurso de assistentes teve em conta o padrão de baixas do agrupamento e esclareceu que os assistentes e técnicos cujos processos forem homologados no âmbito do PREVPAP terão os contratos prorrogados e não vão aos concursos.

A concluir, a Deputada Ana Mesquita (PCP) questionou se há abertura para a criação de carreiras especiais de pessoal não docente, defendeu a importância do combate à precariedade, reiterou que há uma Resolução da Assembleia da República que recomenda a revisão da portaria dos rácios

e perguntou quando vai haver resposta. A terminar, questionou qual vai ser a situação dos trabalhadores com parecer favorável do PREVPAP.

O Ministro realçou que encontraram uma solução para a substituição de pessoal de baixa temporária.

4.2. Audição regimental

Iniciada a audição regimental, nos termos do artigo 104.º, n.º 2, do Regimento da Assembleia da República, na 1.ª ronda, o Deputado Porfírio Silva (PS) realçou que no dia anterior tinha sido o Dia do Livro, tendo pedido um ponto de situação sobre o alargamento da *internet* nas escolas e um balanço sobre o Programa Qualifica.

O Ministro da Educação indicou que há rede *internet* com 5.000 postos e aumentou a banda de acesso à *internet*. Concretizou depois as medidas adotadas no Programa Qualifica e a sua evolução positiva e esclareceu que há um reforço dos fundos comunitários.

A Deputada Margarida Mano (PSD) referiu que o PSD tem vindo a pedir a indicação do impacto orçamental da contagem do tempo de serviço dos docentes, mas não tem obtido resposta, reiterando o pedido. Perguntou depois quantos docentes se irão aposentar, qual a poupança do Estado por docente, qual a redução da despesa com pessoal no Orçamento do Estado e qual o impacto em 2019 da contagem do tempo de serviço dos docentes.

O Ministro da Educação respondeu que já deram indicação do impacto da contagem do tempo de serviço dos docentes e espera que o Ministro das Finanças clarifique a situação.

A Deputada Joana Mortágua (BE) referiu que a legislatura atual devia passar muito pela recuperação de direitos do pessoal e enfatizou que o Ministro da Educação tem tido grande contestação salarial. A terminar, reiterou o pedido dos números do impacto orçamental da contagem do tempo de serviço dos docentes.

O Ministro elencou várias medidas do Governo no âmbito da melhoria dos direitos do pessoal e da escola pública, nomeadamente a diminuição do número de alunos por turma.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) pediu informação sobre os efeitos do Programa Nacional do Sucesso Escolar e sobre a realização *online* das provas de aferição do 8.º ano, bem como o ponto de situação sobre a distribuição gratuita dos manuais escolares e a devolução dos usados, no ano atual e no seguinte.

O Ministro e o Secretário de Estado prestaram informação, nomeadamente indicando os dados oficiais das retenções, incluindo a redução das taxas de insucesso, e o sucesso de qualidade, sem negativas.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) equacionou o direito à participação na vida democrática da escola, nomeadamente por parte dos estudantes e fez referência a limitações a propaganda cívica e política

dos alunos, tendo dado vários exemplos de limitações que se verificavam. Nessa linha defendeu a gestão democrática nas escolas e pediu medidas ao Ministro. Contestou depois as 2 hipóteses postas pelo Governo em relação à contagem do tempo de serviço dos docentes e pediu medidas em relação à contagem do tempo de serviço dos docentes a tempo parcial para efeitos de Segurança Social.

O Secretário de Estado da Educação defendeu que apoiam a cultura democrática nas escolas, havendo escolas com mais alunos no conselho geral e sendo feitas reuniões gerais de delegados de turma.

A Secretária de Estado da Educação esclareceu a situação dos descontos para a Segurança Social dos docentes a tempo parcial.

Na 2.ª ronda, a Deputada Maria Augusta Santos (PS) pediu informação sobre as vagas na educação pré-escolar e as medidas de reforço do ensino profissional.

O Ministro da Educação deu informação sobre o aumento de vagas na educação pré-escolar e indicou que já respondem praticamente a todos os pedidos de vagas.

O Deputado Pedro Alves (PSD) pediu esclarecimentos sobre as intervenções em escolas com amianto.

O Ministro da Educação concretizou os investimentos realizados em escolas.

A Deputada Joana Mortágua (BE) colocou questões sobre os descontos para a Segurança Social dos docentes com horários incompletos e sobre a substituição dos professores nas escolas, realçando que há muitas faltas sem substituição e tendo defendido que a situação se resolvia com um novo regime de aposentação dos docentes. Pediu depois uma alteração nas provas de aferição e condições para a sua execução. A terminar, pediu os resultados do programa de sucesso na Matemática.

O Ministro indicou que as condições para a realização das provas de aferição estão dependentes das autarquias e no que se refere às expressões físico-motoras têm estado a ser dadas condições às escolas.

O Secretário de Estado fez referência às provas de aferição híbridas, sobre 2 disciplinas, à parte oral nas provas de línguas e defendeu que atualmente as escolas estão mais equipadas.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) pediu o ponto de situação em relação à certificação internacional dos exames em línguas e quanto à alteração do mapeamento das obras na escola do Restelo. No que respeita à portaria do ensino doméstico, referiu que os encarregados de educação contestam a necessidade de autorização do diretor do agrupamento de escolas e perguntou se aqueles vão ser informados do procedimento. Pediu ainda informação sobre as escolas que vão ser sujeitas a avaliação externa.

O Secretário de Estado deu indicações resultantes do relatório das provas de aferição do 8.º ano em Matemática, informou que a certificação internacional das línguas está a ser negociada com as embaixadas, indicou que foram levadas em conta algumas questões colocadas pelos encarregados de educação no que se refere ao ensino doméstico e esclareceu que em relação à escola do Restelo, em 2019 só vai ser realizada uma parte das obras.

A Deputada Ângela Moreira (PCP) questionou a situação do edificado escolar e das muitas escolas que não têm segurança. Em relação à remoção das placas de amianto, perguntou quantas escolas já foram intervencionadas e quais são as prioridades. Perguntou também se é possível a atribuição gratuita do material didático aos alunos, para além dos manuais escolares.

O Ministro informou que há um reforço de verbas para o edificado, há intervenção da Parque Escolar, E.P.E. e estão a ser feitas mais intervenções a nível da remoção de placas de amianto.

Na primeira parte da 3.ª ronda interveio o Deputado José Cesário (PSD) tendo pedido o ponto de situação em relação à escola portuguesa em São Paulo.

A Deputada Nilza de Sena (PSD) pediu o ponto de situação em relação a obras em escolas no distrito de Beja, nomeadamente em Serpa.

A Deputada Joana Mortágua (BE) pediu informação sobre a construção de um pavilhão na escola de Almada que tem um curso profissional da área do desporto e o mapeamento das escolas em que já foi retirado o amianto e aquelas em que ainda vai ser retirado.

A Deputada Laura Magalhães (PSD) pediu informação sobre a situação atual em relação ao plano das artes e a indicação das medidas adotadas no que respeita à violência de alunos contra professores.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) pediu esclarecimentos sobre a posição dos membros do Governo sobre os descontos para a Segurança Social dos docentes com horários incompletos e as situações de trabalho em mais de uma escola, tendo dado exemplos de várias situações de injustiça.

O Deputado Bruno Vitorino (PSD) manifestou discordância em relação à ideologia de género na escola pública.

A Deputada Patrícia Fonseca (CDS-PP) aludiu à redução das turmas com contratos de associação em Fátima e questionou se vai haver redução no próximo ano letivo.

O Ministro defendeu que a educação para a saúde segue referenciais internacionais e não há ideologia de género, fez o ponto de situação em relação a obras em várias escolas no distrito de Beja, referiu a importância das escolas portuguesas em vários países e nomeadamente em São Paulo, tendo esclarecido que a mesma teve algumas vicissitudes e informou que vai ter lugar proximamente, em Cabo Verde, um encontro de escolas portuguesas no estrangeiro. Informou depois que têm trabalhado sobre a violência em ambiente escolar e considerou o ensino profissional muito importante e central, tendo indicado várias medidas de valorização que foram

introduzidas, nomeadamente a melhoria da rede e a alteração do regime de acesso ao ensino superior.

O Secretário de Estado prestou esclarecimentos sobre o acompanhamento de proximidade que existe em relação ao professor agredido e a transferência de escola do aluno envolvido, bem como sobre a reestruturação do programa das artes, tendo feito referência às residências artísticas e à parceria com associações e autarquias, tendo defendido que querem que a arte seja uma realidade em todas as escolas. Defendeu ainda os referenciais para cidadania em relação a várias áreas.

Na 2.^a parte da 3.^a ronda interveio a Deputada Helga Correia (PSD), que pediu o ponto de situação em relação à obra a realizar na escola de Oliveira de Azeméis.

A Deputada Diana Ferreira (PCP) pediu informação sobre a regularização da situação dos técnicos especializados e a sua vinculação, sobre o reforço dos assistentes operacionais e sobre a continuidade de estudos a nível do ensino superior dos alunos com necessidades educativas especiais.

O Deputado Álvaro Batista (PSD) pediu informação sobre a situação da escola de Tortosendo no que respeita a instalações para educação física em espaço coberto e considerou que o Governo não dá atenção ao interior, tendo dado vários exemplos.

A Deputada Ângela Moreira (PCP) perguntou quando vai ser realizada a intervenção na escola de Castro Daire e questionou se há um levantamento das escolas com falta de pavilhões para educação física e das respetivas intervenções.

A Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) referiu que os membros do Governo têm feito vários anúncios, mas as concretizações não são reais, tendo dado como exemplos o não aumento do número de assistentes operacionais e a não implementação da bolsa de substituições. Reiterou ainda a pergunta sobre se estão acauteladas as questões que resultam do alargamento da atribuição gratuita de manuais escolares até ao 12.º ano de escolaridade.

O Ministro informou que está em curso a preparação para intervenções em várias escolas.

Os Secretários de Estado informaram que estavam a trabalhar em melhorias na atribuição gratuita de manuais escolares, nomeadamente nas devoluções e penalizações, fizeram o ponto de situação sobre a escola portuguesa de São Paulo (informando que o respetivo Decreto-Lei está em conclusão, o espaço já é do Ministério da Educação e estão a fazer acordos com o Ministério da Educação brasileiro) e informaram que ia ser realizada uma reunião com o Presidente da Câmara de Serpa para acertar as intervenções nas escolas do concelho.

Prestaram depois esclarecimentos sobre os descontos para a Segurança Social dos docentes com horário incompleto, sobre as obras na escola de Castro Daire e sobre a rede de escolas públicas e os contratos de associação, informando que a rede é analisada anualmente. Informaram ainda que nos casos de dificuldade de substituição de professores têm sido autorizadas horas extraordinárias para os que desempenham as funções correspondentes.

A [gravação da reunião](#) está disponível na página da Comissão.

5. Votação na especialidade das propostas de alteração apresentadas no âmbito da [Apreciação Parlamentar n.º 67/XIII/3.ª](#) e da [Apreciação Parlamentar n.º 68/XIII/4.ª](#)

Adiado.

6. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

7. Data da próxima reunião

- **30 de abril** – 15h00
- **7 de maio** – 15h00
- **14 de maio** – 10h00

A reunião foi encerrada às 20:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 24 de abril de 2019

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Alexandre Quintanilha)

Alexandre Quintanilha
Álvaro Batista
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Ana Sofia Bettencourt
Ivan Gonçalves
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuel Leitão Marques
Maria Manuela Tender
Nilza de Sena
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Sónia Fertuzinhos
Susana Amador
Ângela Moreira
Bruno Vitorino
Diana Ferreira
Helga Correia
José Cesário
Liliana Silva
Maria Lopes
Odete João
Patrícia Fonseca

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista
Ilda Araújo Novo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: